

## **A dinâmica das políticas públicas: articulações entre a abordagem do ciclo de políticas e a teoria de atuação**

Data de submissão: 15/09/2025

Data de publicação: 20/12/2025

Ronualdo Marques<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba, Paraná, Brasil

**Resumo:** O artigo analisa as políticas públicas educacionais a partir da articulação entre a abordagem do ciclo de políticas, proposta por Stephen J. Ball e colaboradores, e a Teoria da Atuação, formulada por Ball, Maguire e Braun. Com base em uma perspectiva crítica e contextualizada, o estudo questiona modelos tradicionais e linearizados de formulação e implementação de políticas, evidenciando que estas não são meramente executadas, mas constantemente reinterpretadas e traduzidas pelos atores que as vivenciam. A abordagem do ciclo de políticas propõe um modelo analítico composto por cinco contextos interdependentes: influência, produção do texto, prática, resultados e estratégia política. Esses contextos permitem compreender a política como um processo dinâmico e disputado, atravessado por múltiplos interesses, arenas e subjetividades. Em diálogo com essa abordagem, a Teoria da Atuação enfatiza o papel ativo dos sujeitos, sobretudo os profissionais da educação, como agentes estratégicos que interpretam e traduzem as políticas de acordo com suas culturas profissionais, experiências e condições institucionais. O conceito de “atuação” desloca o foco da política como produto textual para a política em ação, considerando os processos criativos e situados pelos quais os atores escolares ressignificam as diretrizes normativas. A partir dessa perspectiva, o contexto da prática é compreendido como espaço central para a análise, uma vez que nele as políticas ganham concretude e são moldadas pelas interações entre sujeitos, discursos e estruturas. O artigo demonstra que essa articulação entre o ciclo de políticas e a teoria da atuação contribui para uma leitura mais complexa e plural da política pública, superando visões tecnocráticas e valorizando as práticas e os sentidos construídos nos cotidianos institucionais. Por fim, destaca-se que reconhecer a política como processo não linear e contingente é também reconhecer sua potência transformadora — ou excludente — conforme as disputas e traduções que a conformam nos diversos níveis e espaços sociais.

**Palavras-chave:** Ciclo de Políticas; Políticas Públicas; Teoria da Atuação.

### **The dynamics of public policies: linkages between the policy cycle approach and action theory**

**Abstract:** This article analyzes public education policies based on the articulation between the policy cycle approach proposed by Stephen J. Ball and collaborators and the Theory of Action formulated by Ball, Maguire, and Braun. Based on a critical and contextualized perspective, the study questions traditional and linearized models of policy formulation and implementation, showing that policies are not merely executed, but constantly reinterpreted and translated by the actors who experience them. The policy cycle approach proposes an analytical model composed of five interdependent contexts: influence, text production, practice, results, and political strategy. These contexts allow us to understand policy as a dynamic and contested process, traversed by multiple interests, arenas,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pedagogo e Professor na Rede Municipal de Pinhais, Paraná, Brasil. E-mail: ronualdo.marques@gmail.com

and subjectivities. In dialogue with this approach, the Theory of Performance emphasizes the active role of subjects, especially education professionals, as strategic agents who interpret and translate policies according to their professional cultures, experiences, and institutional conditions. The concept of “performance” shifts the focus from policy as a textual product to policy in action, considering the creative and situated processes through which school actors reinterpret normative guidelines. From this perspective, the context of practice is understood as a central space for analysis, since it is there that policies take shape and are molded by interactions between subjects, discourses, and structures. The article demonstrates that this articulation between the policy cycle and the theory of action contributes to a more complex and pluralistic reading of public policy, overcoming technocratic views and valuing the practices and meanings constructed in institutional daily life. Finally, it is emphasized that recognizing politics as a non-linear and contingent process is also recognizing its transformative—or exclusionary—power, according to the disputes and translations that shape it at various levels and social spaces.

**Keywords: Policy Cycle; Public Policy; Theory of Action.**

## 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas, especialmente no campo educacional, configuram-se como construções sociais, históricas e contextuais marcadas por disputas de sentidos, interesses e ideologias. Longe de se apresentarem como instrumentos neutros de gestão estatal, elas expressam dinâmicas complexas que envolvem múltiplos atores, arenas decisórias e arranjos institucionais diversos. Nesse cenário, compreender os modos pelos quais as políticas são formuladas, interpretadas, traduzidas e colocadas em ação torna-se essencial para analisar os limites e as possibilidades de sua efetivação no cotidiano das instituições.

A literatura no campo da análise de políticas públicas tem buscado superar concepções linearizadas e tecnocráticas, centradas em modelos normativos de implementação, ao incorporar perspectivas que valorizam a mediação dos sujeitos e os contextos de atuação. Nesse contexto, a abordagem do ciclo de políticas, formulada por Stephen J. Ball e colaboradores, tem se destacado por propor um referencial analítico que contempla os diferentes momentos e espaços de produção da política, articulando macro, meso e micropolíticas em um ciclo contínuo de recontextualizações. Essa abordagem evidencia que a política não é apenas algo que se formula e se implementa, mas algo que se interpreta, se disputa e se atua.

Articulada à perspectiva do ciclo, a Teoria da Atuação, desenvolvida por Ball, Maguire e Braun, introduz um deslocamento epistemológico importante ao propor que os sujeitos envolvidos na política – notadamente os profissionais da educação – não são meros executores de diretrizes impostas, mas agentes criativos e estratégicos que atribuem sentidos à política por meio de processos de interpretação e tradução no contexto da prática. Nesse sentido, a atuação é compreendida como um processo situado, condicionado por fatores institucionais, culturais, materiais e relacionais, que tensionam e redefinem a política em sua concretude.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir as articulações entre a abordagem do ciclo de políticas e a Teoria da Atuação, analisando como esses referenciais contribuem para compreender as múltiplas dimensões da política pública educacional, especialmente no que diz respeito ao papel ativo dos sujeitos no processo de produção da política. Para tanto, propõe-se uma análise teórico-conceitual que visa iluminar os entrecruzamentos possíveis entre essas abordagens, enfatizando o potencial analítico da atuação como chave de leitura das políticas no contexto da prática.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Políticas Públicas: conceitos, paradigmas e epistemologias**

Ao adentrar o campo da política é preciso começar pelos juízos de valores preconcebidos quando a questão se trata de política, pois a política se constitui em um “componente integral da questão humana” (Arendt, 2002, p. 4). Os juízos à esta palavra predominam na estrutura política e social, como se política fosse coisa de políticos profissionais e não assunto cotidiano.

Nessa acepção, compreende-se que o ser humano é considerado um ser político no mundo e a política surge como uma forma de equacionar problemas econômicos, sociais entre outros, na intenção de promover o desenvolvimento do país e promover estratégias para o bem estar humano e social. Segundo Chauí (2002), a política é a ciência prática que tem como fim o bem comum humano, ou seja, “aquela que estrutura as ações e as produções humanas” (Chauí, 2002, p. 462).

As políticas públicas devem ter enfoques multidisciplinares que busquem uma interação lógico-pragmática entre problemas e soluções da realidade social. Inicialmente observamos que as políticas públicas decorrem de uma prestação de serviço do Estado em benefício da sociedade. Mas estes serviços prestados podem ser amplos e de uma grande diversidade, impossibilitando contabilizá-los (Raymundo, 2021, p. 57).

Nesse sentido, Boneti (2007) corrobora ao afirmar que as políticas públicas são o produto da dinâmica de poder que emerge das relações entre grupos econômicos, políticos, classes sociais e outras organizações da sociedade civil. Essas relações de poder moldam e influenciam o processo de formulação e implementação das políticas públicas, refletindo os interesses, disputas e negociações entre os diferentes atores envolvidos. “Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas a instituição estatal, que provocam o direcionamento e/ou o redirecionamento dos rumos das ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou investimentos” (Boneti, 2007, p. 74-75). Porém já podemos observar que políticas públicas são “ações do Estado que visam concretizar os direitos e garantias fundamentais e aqueles que estão previstos na ordem social, visto que são meios para efetivação de direitos” (Raymundo, 2021, p. 57).

Nesse entendimento, o atributo “pública” se refere ao público e do público. Assim, a compreensão do termo política, e o seu reconhecimento como limite, pode nos ajudar na reflexão sobre a regulação dialética entre sociedade-Estado na perspectiva da pluralidade e a igualdade social (Sorrentino *et al.*, 2005). Todavia, é necessário ressaltar que a concepção de política pública adotada está estreitamente relacionada ao conceito e entendimento de Estado que se tem. Partimos do entendimento de que o Estado é uma entidade histórica, relacional e permeada por redes de poder. Mesmo assim, o Estado continua a ser fundamental no processo de políticas públicas. É com essa compreensão que nos aproximaremos do conceito de política pública é tida como “um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de múltiplos participantes” (Palumbo, 1989, p. 35).

Partindo desses pressupostos, seria possível compreender que as políticas públicas correspondem a um conjunto de estruturas coordenadas pelo Estado (nas diversas escalas de atuação) para o enfrentamento de problemas públicos (Frey, 2000; Souza, 2006). Conforme Loureiro (2006, p. 87), as políticas públicas são definidas como “ações planejadas pelo governo, enquanto instância do Estado capaz de operacionalizar políticas universalistas, includentes e igualitárias” baseadas em uma sociedade democrática, por meio de uma construção coletiva e participativa envolvendo os agentes representativos de um determinado problema social (*idem*). No entanto, muitas vezes, a atuação pouco eficiente e a fiscalização inadequada por parte do Estado trazem consequências aos interesses da sociedade, ao meio ambiente e à qualidade de vida do ser humano e revelam uma outra face onde as políticas públicas se mostram excludentes, parciais e produtoras de desigualdades (Medeiros, 2015).

Dessa conjuntura surge o conceito de política pública, com seus desdobramentos conceituais e operacionais que devido ao caráter polissêmico do termo, pode sofrer mudanças na sua designação. Alguns autores (Frey, 2000; Muller e Surel, 2004; Souza, 2006; Secchi, 2012; Macêdo, 2011), ao longo dos últimos anos, têm registrado que discutir política, política pública, política educacional segue sendo necessário.

Alguns deles esclarecem que a expressão *política pública* (*public policy*) está vinculada ao termo inglês *policy*; referindo-se ao conjunto de ações políticas, à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. *Policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. Em português o termo política assume duas conotações principais que, para a língua inglesa estão vinculadas a dois conceitos: *politics* e *policy*. O termo política, no sentido de *politics*, segundo Secchi (2012, p.1), é a “atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. Nesta pesquisa, o termo política será utilizado no sentido de *policy*, que, segundo o autor (2010), tem um sentido mais concreto, mais relacionado à decisão e ação.

Sendo assim, a política pública pode ser resumida

como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16).

Viegas; Santana; Noda (2020) reiteram que,

a partir da noção de política compreende-se que a política pública não pode ser reduzida a um único acontecimento, a um único ator, um único tempo histórico, nem mesmo podemos dizer que é simplesmente a soma desses elementos”. A política pública é mais que isso, ela é complexa e traz consigo a impossibilidade de reducionismos, visto que está em movimento (Viegas; Santana; Noda, 2020, p. 43418).

Ball (2015) esclarece que a sanção da política nem sempre é linear e racional. O que se observa é um processo político fragmentado, que traz naturalmente um perigo muito iminente. Mesmo tendo atenção à agência, tradução e promulgação das políticas, podemos nos envolver em um mundo de dominação.

Cabe pontuar ainda que a relação entre o Estado e as políticas públicas, além de complexa, poderia ser vista como uma arena de disputa entre diferentes atores, conforme é apontado por Fonseca (2016). O autor afirma que a arena política é um espaço de ação no qual ocorrem disputas entre atores acerca da compreensão da política, relacionando os problemas sociais e as alianças entre esses atores que definem as contendas e os vetos dentro de sua lógica de política, uma vez que esses grupos e/ou atores podem negligenciar a política por visões normativas, formalistas ou metafísicas para mostrar força e sustentar as suas bases políticas.

## 2.2 A abordagem do ciclo de políticas e a Teoria de Atuação em políticas públicas

A abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*), desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen J. Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball; Bowe, 1992; Ball, 1994), foi formulada inicialmente no final da década de 1980 e início da década de 1990. O Ciclo de Políticas se apresenta como possibilidade para o campo relacionado ao campo da agenda, formulação, implementação e avaliação das políticas no campo das políticas direcionadas a educação (Mainardes, 2006; Souza, 2006; Lotta, 2010).

Ball e Bowe (1992) tentaram caracterizar o processo político, introduzindo a noção de um ciclo contínuo constituído por três facetas ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato e a política em uso. A primeira faceta, a “política proposta”, referia-se à política oficial,

relacionada às intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais que são encarregados de “implementar” políticas, mas também intenções das escolas, das autoridades locais e de outras arenas de onde as políticas emergem. A “política de fato” constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a “política em uso” referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática (Mainardes, 2018, p. 2) e ainda, a política em uso, emerge da necessidade de compreender a produção da política.

Toda política pública passa pelos mais diferentes estágios. Em cada um desses estágios, “os atores, as coalizões, os processos e as ênfases são diferentes” (Saravia, 2006, p. 32). A divisão por etapas, tratado como ciclo processual das políticas públicas, é uma esquematização teórica que visa apontar os momentos mais importantes para a análise e formulação de políticas públicas. Esse modelo processual tem como fim apresentar os padrões de atividade no que tangem às políticas públicas, especialmente o processo seriado de atividades políticas que usualmente aparece na sua promoção (Dye, 2011).

Biasoli e Sorrentino (2018, p. 6) afirmam que “o ciclo da política tem caráter didático, mas compreender o processo dinâmico, mutante e complexo, e suas interfaces com as distintas dimensões é um importante elemento quando se busca a efetivação de políticas estruturantes e participativas”. Souza (2006) entende tratar-se de um ciclo deliberativo e que tem como característica intrínseca o dinamismo e o aprendizado. É exatamente por esse motivo que é possível chamar esta abordagem de ciclo, já que à medida que as fases avançam e o administrador avalia os resultados alcançados poderá sempre deles se utilizar para novas formulações ou correções de rota na implementação (Dye, 2011).

As fases do ciclo de política seguem diferentes interpretações segundo os autores Frey (2000), Muller e Surel (2004), Kingdon (2003), Souza (2006), Perez (2010), Lotta (2010), Secchi (2012), contudo, as fases que são mais comuns segundo as diferentes interpretações apresentadas, são: a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação.

Assim, é possível dizer que para começar a formulação de uma política é preciso decidir o que é prioritário para o poder público. Nesse entendimento a fase da agenda caracteriza-se em perceber os problemas existentes que merecem maior atenção. Essa percepção precisa ser consistente com o cenário real em que a população se encontra. São analisados nessa fase: a existência de indicadores, que são uma série de dados que mostram a condição de determinada situação, a emergência e os recursos disponíveis.

A agenda é a composição de proposições sobre as quais o Governo e pessoas ligadas a ele reúnem, em um determinado momento, sua atenção principal. Para Rua (2009), “uma agenda de políticas consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse” (Rua, 2009, p. 66). Cabe pontuar que diferentes grupos



sociais podem apresentar demandas e exercer pressão social para que certos temas entrem na agenda política do estado, partindo do pressuposto, que a decisão sobre a agenda política não se faz de forma isolada pelo governo, mas com maior ou menor participação da sociedade civil, de diferentes grupos de interesse, que entram na arena política com diferentes possibilidades de disputar a agenda, de pressionar, barganhar e de conferir legitimidade às suas demandas.

Dessa forma, a definição da agenda busca-se estudar e explicitar o conjunto de fatos que conduzem os acontecimentos sociais a se tornarem problemas políticos aptos a serem enfrentados por meio de uma política pública (Dye, 2011; Saravia, 2006; Souza, 2006).

Assim, uma questão passa a fazer parte da agenda de governo, quando desperta interesse dos formuladores de políticas, sendo está considerada a primeira fase de formulação da agenda, e representa uma das mais importantes do circuito, uma vez que movimenta vários recursos e pessoas que exercem algum tipo de comando e/ou influência sobre a sociedade.

Jannuzzi (2017) reitera que, nessa etapa, é necessário dispor de indicadores que dimensionem e caracterizem os problemas que interferem nas questões sociais, para fornecer argumentos “aos grupos de pressão e à sociedade na disputa de prioridades na agenda social e na alocação de recursos orçamentários” (Jannuzzi, 2017, p. 150).

A fase de formulação ou construção da política tem proximidade com a fase da agenda, visto que está também é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisão. Nesta fase, se criam alternativas políticas para lidar com os problemas públicos que estão na agenda (Dye, 2011; Frey, 2000; Saravia, 2006).

A fase da formulação e construção da política envolve disputas sobre a produção dos textos que orientam as políticas, que podem envolver espaços de negociação e conciliação de interesses tanto na esfera do executivo quanto do legislativo (Fonseca, 2016). As interações entre os poderes executivo e legislativo no processo decisório são importantes para agilizar a tramitação. Entretanto, as disputas em torno das políticas públicas envolvem lógicas e projetos em disputa, visões acerca do “bem comum”, das “causas públicas”, dos “interesses confluentes”, da “igualdade sem opositores”, da “conciliação entre grupos e classes (Fonseca, 2016, p. 407).

Souza (2006) afirma que a fase da formulação “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26).

Numa concepção mais delimitada das etapas do ciclo de política, Perez (2010) distingue pelo menos duas etapas, antecedendo a implementação:

a fase da formulação da política, implicando a constituição da agenda, a definição do campo de interesse e a identificação de alternativas; e a fase da formulação da política, quando as várias propostas se constituem em política propriamente dita, mediante a definição de metas, objetivos, recursos e a explicitação da estratégia de implementação (Perez, 2010, p. 1181).

A fase da implementação “é o momento em que as políticas já formuladas entram em ação e são colocadas em prática” (Lotta, 2010, p. 27), ou seja, refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia, o momento da transformação da política em programa, quando, por ação de uma autoridade, são criadas as “condições iniciais” à implementação. Nesse sentido, a implementação corresponde a segunda etapa do ciclo de política, “na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejáveis, sejam alcançados” (Arretche, 2001, p. 47).

Neste momento, um grupo diverso de participantes e atores, como órgãos públicos, empresas privadas, governos de diferentes níveis e organizações da sociedade civil, unem-se em torno de crenças e metas políticas comuns. Juntos, eles buscam estabelecer e aplicar suas próprias regras, a fim de alcançar seus objetivos dentro de um período específico. Rua (2009, p. 94) afirma que, “a implementação é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões para a execução de uma decisão básica, previamente definida em um conjunto de instrumentos legais”.

A implementação, ainda segundo Rua (2009), “compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos” (Rua, 2009, p. 94).

Sendo assim, a fase da avaliação que consiste em um elemento decisivo para as políticas públicas. A interrogação sobre o impacto da política. Segundo Vieira (2021), a fase de avaliação é “uma etapa fundamental no ciclo de política, pois possibilita o monitoramento da sua implementação e permite que sejam feitas mudanças para que os objetivos propostos sejam alcançados” (Vieira, 2021, p. 25). Entretanto, a mesma autora alerta que a fase da avaliação não deve se constituir apenas na última etapa do ciclo de uma política, “mas um processo que pode e deve ocorrer durante todo o ciclo da política, desde a formulação da agenda até a implementação, para o seu monitoramento, e não apenas como avaliação dos resultados” (Vieira, 2021, p. 98-99).

Diante das fases apresentadas do ciclo de política, Perez (2010) afirma que o processo de formulação e/ou construção da política muitas vezes é mais prestigiado do que o processo de implementação,

uma vez que a atenção dos analistas se volta mais para a formulação da política do que para os processos operados para as políticas alcançarem os efeitos desejados. Pelo fato de ainda os tomadores de decisão tenderem a assumir que as decisões trazem automaticamente a mudança, conclui-se que a implementação não é vista como uma parte integral da formulação da política, mas como algo a ser feito depois, por acréscimo. Assim, ela não seria valorizada por ser considerada como uma simples sucessão de decisões e interações (Perez, 2010, p. 1181).



A abordagem do ciclo de políticas formulada por Stephen J. Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994) para a análise de políticas, se desenvolve em um ciclo contínuo em cinco contextos principais: contexto de influência, da produção do texto, contexto da prática, o contexto dos resultados e o contexto da estratégia política, na qual os cinco contextos são inter-relacionados: o contexto de influência – sujeitos sociais e propósitos; o contexto da produção de texto- formulação do documento da política; o contexto da prática - atuação; o contexto dos resultados - efeitos; e o contexto da estratégia da política conforme – atividades sociais e políticas, conforme a Figura 01.

Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe; Ball; Gold, 1992). Ball destacou que “os contextos podem ser pensados de outra maneira e podem ser ‘aninhados’ uns dentro dos outros. [...] É necessário pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo, bem como do espaço” (Mainardes; Marcondes, 2009, p. 306-307).

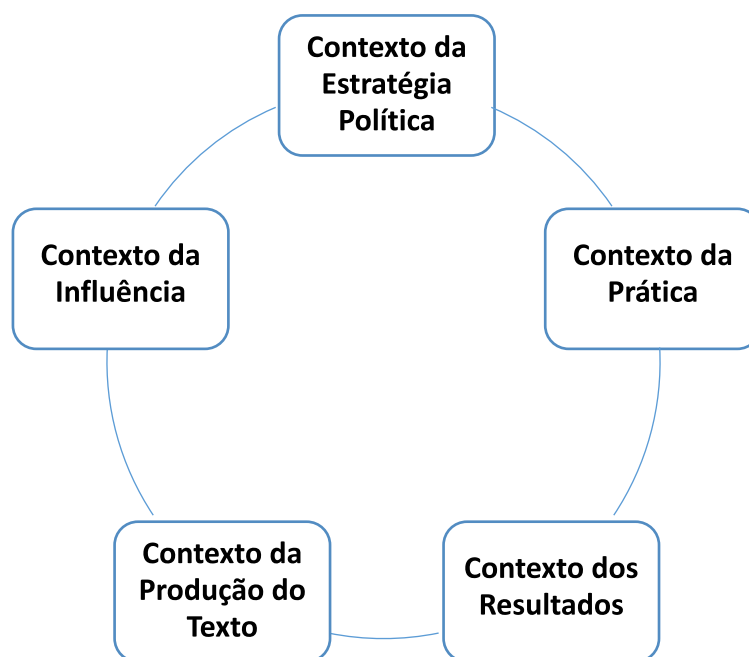


Figura 1 – Representação dos contextos do ciclo de políticas

Fonte: Marques (2024).

A abordagem do ciclo de políticas compreende os contextos como campos de força dinâmicos, nos quais as políticas são continuamente construídas, negociadas e ativadas por meio da atuação dos sujeitos, tanto de dentro quanto de fora das instituições. Como apontam Ball, Maguire e Braun (2016, p. 42), “os contextos iniciam e ativam processos de políticas e escolhas que são continuamente construídas e desenvolvidas”.

O contexto de influência é o ponto de partida das políticas públicas, onde diversos grupos disputam sentidos e objetivos. Nesse campo, constroem-se os discursos que moldam as finalidades

da educação e os sentidos de ser educado, conforme observa Mainardes (2006, p. 51): “para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado”.

No contexto da produção do texto, elaboram-se os documentos que formalizam a política, como leis, diretrizes e pronunciamentos. Estes são produtos de múltiplas disputas e agendas, formulados “dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política” (Mainardes, 2006, p. 53), revelando tanto limitações quanto possibilidades.

O contexto da prática representa a fase em que as políticas são postas em ação e reinterpretadas pelos atores escolares. Para Mainardes (2006), os profissionais da educação desempenham um “papel ativo no processo de interpretação, reinterpretação e implantação das políticas educacionais”. Essa prática é entendida como um microsistema político, no qual os sentidos dos textos políticos ganham concretude e podem gerar transformações. Assim, “a interpretação é uma questão de disputa” (Mainardes, 2007, p. 30), influenciada por interesses diversos e experiências locais.

O contexto da estratégia política diz respeito à identificação de ações voltadas à superação das desigualdades geradas pela política, sendo, portanto, um espaço de resistência e reinvenção. Mainardes (2006, p. 55) destaca a necessidade de pensar em atividades políticas para “lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada”.

Por fim, o contexto dos resultados exige olhar para os efeitos concretos das políticas, suas transformações estruturais e impactos na justiça social e no acesso a oportunidades. Conforme Mainardes (2006, p. 55), é preciso considerar “as mudanças na prática ou na estrutura [...] e o impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social”.

Dessa forma, compreende-se que as políticas não são apenas implementadas, mas recontextualizadas continuamente pelos atores, num processo de tradução e disputa permanente. Como afirmam Mainardes e Marcondes (2009, p. 306), “o pensar sobre as políticas e o discurso das políticas podem ser mudados pela ação política”.

### **2.3 Contribuições da Teoria da Atuação a partir da interpretação e tradução das políticas no contexto da prática**

Analisar uma política pública requer considerar os diversos níveis em que são tomadas decisões, pois eles assumem configurações e significados diversos no ciclo de política e a forma em que ocorre a interpretação e a tradução da política implica em como ela se efetiva na prática.

Uma preocupação que vem sendo apontada nos estudos de análise de políticas educacionais é vê-las “presa a uma nação-estado, a um paradigma política-come-governo” (Ball, 2014, p. 11). Há um equívoco de que a política se constitui única e exclusivamente como uma iniciativa advinda do aparelho de Estado. O Estado, sem perder sua importância na promoção e indução de propostas, deixa de ser considerado o único e absoluto precursor das políticas educacionais (Mainardes, 2006). A política não pode ser considerada apenas dentro desse limite, pois ela flui/circula, enquanto um processo social, historicamente construído e configurado

como um complexo contraditório de condições históricas que implicam um movimento de vaivém entre forças sociais em disputas.

Assim, deve-se reconhecer que a política acontece nas lutas de/pelo poder. Conquistá-la, mantê-la e ampliá-la são elementos que centralizam o Estado como espaço ou ente investigado, sem perder de vista as lacunas deixadas por ele. Para Ball e Mainardes (2011):

O Estado é um dos principais lugares da política e um dos principais atores políticos. Em seu sentido mais simples, a política é uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer coisas no sentido de “ter” uma política –, mas que pode ser puramente simbólica, ou seja, mostrar que há uma política ou que uma política foi formulada (Ball; Mainardes, 2011, p.14).

Lopes (2016, p. 3) enfatiza que: “o ciclo de políticas se mostrou um modelo heurístico potente, não apenas para questionar a centralidade do Estado na política (...), como para questionar uma concepção verticalizada de poder que subsidia tal centralidade”. Por isso, entendemos que o Ciclo de Políticas é um referencial inovador por envolver a articulação do macro, meso e microcontextos na análise das políticas, uma vez que o procedimento mais comum nas pesquisas em políticas educacionais é a adoção isolada de um desses enfoques. Nele, os processos micropolíticos ganham destaque na inter-relação com o meso e o macro. Enfatiza-se o potencial de reinterpretação, enfrentamento e recriação das políticas pelos sujeitos que a vivenciam nos espaços formais de Educação, em suas vinculações com as questões que atravessam o campo da Educação no âmbito local, nacional e internacional.

Nessa tessitura, o contexto da prática é considerado como um microssistema político. É neste contexto que há a representação da política, pois o sujeito produz sentidos originários da representação da influência. Este contexto contém todos os discursos que circulam em outros contextos.

Entendemos que o contexto da prática merece atenção especial, pois é nesse contexto que as políticas são endereçadas, recebidas, reinterpretadas e recriadas. Além disso, “a interpretação é uma questão de disputa” (Mainardes, 2007, p. 30) e pode ser contestada, ou seja, uma vez que cada interpretação se relaciona com determinado interesse, pois há diferentes interesses em jogo, sempre haverá diferentes interpretações.

Em concordância com o pensamento de Ball (1994, p. 22), acreditamos que “as políticas são sempre um processo de vir-a-ser”. Os significados atribuídos aos textos políticos têm, assim, consequências reais no contexto da prática, que conduzem a interpretações e recriações que podem introduzir mudanças e transformações relevantes na política original.

Dessa maneira, o contexto da prática é onde a política é interpretada, reinterpretada, modificada, transformada ou não, dependendo do processo de criação. O contexto da prática é que produzirá os efeitos positivos ou negativos em como ocorre atuação nas políticas a partir da interpretação e tradução dessas políticas de acordo com o interesse dos sujeitos. Portanto, o contexto da prática constitui-se no foco principal da análise de políticas.

No livro de 2012, “Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias”, os autores Ball, Maguire e Braun, utilizam o conceito de atuação a partir do sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser apresentado/representado de diferentes formas. O texto, no entanto, é uma parte importante da produção da política. Os autores<sup>2</sup> usam esse termo para indicar que as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas. Os atores envolvidos têm o controle do processo, são produtores e geradores da política e não são apenas “meros implementadores” das políticas.

Para Ball, Maguire e Braun (2016, p.21), o uso do conceito de atuação baseia-se na premissa de que “colocar a política em prática é um processo criativo, sofisticado e complexo”, pois todos os envolvidos desempenham algum papel na interpretação e da atuação na política nas instituições onde trabalham. O caminho percorrido pela política formulada, até que seja efetivada no contexto da prática, é permeado pelas ações dos sujeitos que as interpretam e criam os meios e as condições de efetivá-las.

Nesse sentido, Ball explica o conceito de atuação em entrevista a Avelar (2016), em que afirma que:

a atuação na política é mais uma vez uma tentativa de escapar do confinamento da teorização modernista arrumada, ordenada e agradável, focada particularmente na noção de implementação. E eu queria apagar *implementação* da linguagem da pesquisa em política, fazer disto um pária por causa das suposições epistemológicas, empíricas e teóricas que o termo carrega consigo. A política é “*implementada*” ou a “*implementação*” falha, a política é fixada no texto, algo que alguém escreve e planeja, e outra pessoa a “*implementa*”, ou não. O que eu queria fazer era substituir isto com a noção de atuação e ver a atuação, de um lado, como um processo criativo, no qual o produto do processo de atuação é algo diferente daquilo que estava escrito no texto. Mas também, por outro lado, reconhecendo que a atuação é em parte produzida discursivamente, que as possibilidades de se pensar e falar sobre políticas são na verdade articuladas dentro dos limites de certas possibilidades discursivas. Então, ao mesmo tempo, era uma tentativa de liberar o ator político como este agente criativo na produção de políticas, mas reconhecendo que os alcances destas possibilidades criativas são, ao menos em parte, construídos em outros lugares, dentro do discurso. A atuação é local, contingencial e algumas vezes frágil. A política “entra” nos contextos, ela não os destrói (Avelar, 2016, p. 6).

---

2 Podemos encontrar oito tipos de atores de políticas ou posições de políticas realizadas na interpretação e tradução das mesmas: i) narradores: realizam as interpretações da política, “explicando-a” e tentando convencer os demais sobre seus benefícios; ii) empreendedores profissionais que realizam a defesa de determinada política, pessoas carismáticas, com poder de persuasão e fortes agentes de mudança, são exemplos de atuação, por traduzir e produzir algo original; iii) pessoas externas: exercem papel de apoio no trabalho de interpretação e tradução das políticas; iv) negociadores: dão apoio e facilitam a interpretação das políticas; são facilitadores, dão suporte, estabelecem limites e possibilidades de tradução a partir das reais possibilidades materiais, humanas e financeiras institucionais; v) entusiastas da política: modelos a serem seguidos; vi) tradutores, assim como os entusiastas, animam e sugerem ações criativas: podem auxiliar na modificação da prática, cooperando e colaborando, sugerindo ações baseadas em situações reais (reaplicáveis); vii) críticos: realizam o contradiscurso e aparecem quando as traduções políticas ameaçam algum dos seus interesses ou os interesses do grupo sobre sua influência; contribuem na interpretação monitorando as traduções, a qualidade do serviço e bem-estar dos professores e viii) receptores: demonstram dependência, necessitando sempre de uma orientação e direção, dependendo das “interpretações de interpretações”, acatando o trabalho de tradução realizado por outros.

Atuação, nesse sentido, não é um momento, mas um processo emoldurado por fatores institucionais envolvendo uma gama de atores (Lopes, 2016, p. 14). A atuação nas políticas atribui sentidos à resolução de um problema: comprometer-se com a “melhoria” de tal forma que os atuantes da política possam fazer do compromisso com a política parte de suas carreiras profissionais. Tais atuantes, por sua vez, estão em espaço e arenas diferentes nas (in)coerências da política e suas variâncias entre a interpretação e a tradução; por isso não podem ser considerados iguais.

Ball, Maguire e Braun (2016) afirmam que no centro da atuação na política está a escola – mas a escola não é nenhuma entidade simples nem coerente. As escolas não são uma peça só. Elas são formadas por grupos diferentes e sobrepostos de pessoas, de artefatos e de práticas. As escolas são também diferentes lugares em diferentes épocas do ano, ou do dia, ou em partes do semestre - mais ou menos carregadas ou relaxadas. As escolas são organizações orgânicas que são, pelo menos em parte, o produto do seu contexto - perfis de pessoal, matrículas e aspirações dos pais - bem como sendo influenciadas por aspectos práticos, tais como o alojamento da escola, a construção e o seu ambiente circundante. Há um contexto social e uma materialidade para a política (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 201).

É preciso ressaltar que não temos apenas uma política sendo atuada na escola, são diversas, que estão em locais, formas e tempos diferentes. Algumas se conectam ou se repelem ou se sobrepõem, bricolagens que exigem dos atuantes uma ação criativa, coletiva, mas limitada, verdadeiros malabarismos que buscam satisfazer os desejos da política, ao invés de criar soluções ideais para cada contexto. Nesse sentido, considera-se que atuação é sempre mais ampla do que “implementação”, por reunirem especificidades dos contextos, tais como: históricos e sociais.

Na prática, atores políticos se utilizam de diferentes recursos produzindo suas leituras e interpretações, com base em suas experiências, ceticismos e críticas (Lopes, 2016, p. 15). Lopes (2016) afirma que os professores são os atores políticos no contexto da prática na escola e “são entendidos como meaning-makers”, pois têm o poder de acessar a mágica do significante” (Lopes, 2016, p. 94), atuando de forma criativa, se envolvendo na produção de sentidos.

Ball, Maguire e Braun (2016) afirmam que a política “começa em diferentes pontos, assume diferentes trajetórias, podendo ser formulada nas escolas, nas autoridades locais ou nos sistemas de poder centralizados” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 6).

Os professores oscilam, portanto, entre as dinâmicas criativas e submissas, entre a possibilidade de escapar dos discursos políticos impositivos e aquiescer diante deles. A decisão entre esses caminhos não é apenas pessoal. Depende do contexto institucional que recebe a política, no qual eventos e encontros cotidianos são importantes espaços a serem investigados, e dos textos que disseminam a política, na forma legislativa ou nos artefatos institucionais: pôsteres, informativos, planos, material de divulgação.

Espera-se que escolas e professores sejam capazes de atuar nas políticas que são implementadas, elaboradas em contexto de verticalização, e, em muitos casos, contraditórias

(Ball; Maguire; Braun, 2016). Nesse contexto, “a política produz posições de sujeito, e nelas professores são significados tanto como atores quanto como sujeitos” (Lopes, 2016, p. 133). Política envolve relações de poder, nem sempre diz o que devemos fazer, mas cria circunstâncias para que ações sejam realizadas (Ball, 1994). Entretanto, as políticas são sempre versões sedimentadas de interpretações das interpretações.

Lopes (2016) corrobora ao afirmar que:

Toda interpretação está sujeita à possibilidade do fracasso, o fracasso ao qual qualquer leitura e qualquer política estão fadadas. Se os significados são radicalmente contextuais, sempre traduzidos, uma política para se instituir está fadada a ser traduzida, traída, deslocada. Não há como repetir a sintaxe de um suposto ponto de partida, não há como recriar um contexto ou as circunstâncias de um sentido suposto como original. O sentido será sempre outro. Entretanto, aí reside a potência de uma política: a possibilidade de fracasso também expressa sua força. Só pode fracassar, a política que se hegemonizou, que fez circular seus textos e estes foram submetidos a diferentes leituras, foram apropriados de diferentes formas, traduzidos de forma a criar diferentes contextos (Lopes, 2016, p. 9).

Nesse seguimento, a interpretação é o processo de buscar compreender a política, ou seja, “é a leitura inicial, o *making sense* da política”, um fazer sentido da política - o que este texto significa para nós? O que nós temos de fazer? Nós temos de fazer alguma coisa? É uma leitura política e substancial – uma ‘decodificação’, que é ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 68). É um processo político institucional, uma estratégia. Define a posição da escola em relação à política; isto é, é um compromisso, uma vinculação com as variadas linguagens da política. Ela pode ser “vendida” para os variados atores de diversos modos e de acordo com a realidade e com o comprometimento deles com a Educação. Geralmente é realizada por atores com cargos de autoridade (diretores, inspetores, coordenadores), os quais preveem significados e também “peneiram detritos da política” (Mainardes, 2018, p. 6).

Essa leitura inicial que decorre para a interpretação da política pode ser concebida como possibilidade de captar algum sentido. São momentos de recontextualização, diferentes pontos de articulação e autorização para tornar prioritária alguma coisa. Tal processo é político-institucional e envolve um engajamento nas linguagens da política (Lopes, 2016, p. 45), sendo essa um processo um processo de criação de significados.

Já a tradução é uma construção dinâmica, interativa, inventiva, reinterpretada, contextualizada, capaz de apreender a fluidez dos processos políticos, pois enfatiza sempre a elaboração de problemas, de discursos e exige uma rede de atores atuantes na reconstrução dos sentidos da política.

A tradução seria um terceiro elemento, um tipo de espaço entre política e prática. O *processo de tradução* acontece por meio de estratégias de divulgação em conversas, reuniões, planos, eventos, consulta a *websites*, produção de artefatos e empréstimo de ideias e práticas de outras escolas (Mainardes, 2006). Para Ball, Maguire e Braun (2016, p.70) as traduções



“dão valor simbólico à política” à medida que elas incidem sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política com a prática. A tradução está mais relacionada à forma prática que as políticas assumem, isto é, como as políticas redefinem as práticas e como as práticas redefinem as políticas. Assim, a interpretação assemelha-se com o compromisso com as linguagens da política e a tradução com as linguagens da prática (Ball, Maguire; Braun, 2016).

Há distinção heurística entre interpretação e tradução. Ou seja, a primeira seria uma leitura inicial, um trabalho de decodificação da política pelos sujeitos das escolas a partir de eventos e reuniões, num movimento de interpretar e criar significado. Já a tradução seria a transformação da política em “materiais, práticas, conceitos, procedimentos e orientações” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 70) por meio da ação, essa ação será o reflexo da interpretação a ela atribuída.

Nesse sentido, Ball, Maguire e Braun (2016) reitera que,

A interpretação é um compromisso com as linguagens da política, ao passo que a tradução está mais próxima às linguagens da prática. A Tradução é uma espécie de terceiro espaço entre política e prática. É um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente “atuar” sobre a política usando táticas que incluem conversas, reuniões, plano, eventos, “caminhadas da aprendizagem”, bem como a produção de artefatos e empréstimos de ideias e práticas de outras escolas (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 69).

A tradução é um processo produtivo e criativo. Envolve a criação de ideias e estratégias para colocar uma política em ação. O processo de produzir/fazer conjuntos de ideias sobre as políticas que se tornam parte do “tidas-como-evidente” da escola envolve, frequentemente, a produção de representações e de traduções, simulacros de textos de políticas primários (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 171).

É a partir da confecção de um “conjunto de artefatos, experiências, recursos materiais e atividades durante o serviço” que as políticas são traduzidas e representadas com a finalidade de documentar e ilustrar “o que tem de ser feito, ou qual é a conduta desejável” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 172).

A noção de tradução problematiza a política, que é vista como um processo contínuo de deslocamento, perturbação, transformação e negociação. A tradução lança nova luz sobre a implementação, ou como as políticas se movem da formação de políticas à “linha de frente” da prática. Finalmente, a tradução, como uma estrutura conceitual, pode chamar atenção de fato tornar visível o trabalho dos tradutores, agentes e mediadores, “aqueles agentes translocais que mediam linguagens, contextos, locais e níveis” (Clarke, 2005, p. 8).

Nessa tessitura, em que a política produz posições de sujeito, e nelas os professores são atores e também sujeitos da política numa trama que envolve relações de poder, que nem sempre diz o que devemos fazer, mas cria circunstâncias para que ações sejam realizadas (Ball, 1994),

adotamos a interpretação como meio de compreender como os professores realizam a leitura inicial e decodificam as estratégias diante do contexto da ótica da sua prática pedagógica, a partir da interação das demandas da escola com as necessidades políticas apresentadas. A tradução será usada para compreender como os professores efetivam a política através de ações, estratégias no contexto da prática num movimento contínuo de transferência, transformação e comprometimento, visto que a tradução vai além da interpretação: ela é ativa, produtiva e criativa.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise empreendida neste artigo permitiu compreender que a articulação entre a Abordagem do Ciclo de Políticas e a Teoria de Atuação oferece uma perspectiva teórico-analítica potente para apreender a complexidade das políticas públicas, em especial no campo educacional. Ao problematizar a linearidade dos modelos tradicionais de formulação e implementação de políticas, os autores aqui mobilizados evidenciam que as políticas não são simplesmente executadas, mas constantemente reinterpretadas, traduzidas e (re)significadas por diferentes atores em contextos diversos.

Nesse sentido, destaca-se o papel do *contexto da prática* como um espaço privilegiado de análise, onde as políticas ganham corpo, são negociadas, enfrentadas e recriadas. A noção de atuação, conforme proposta por Ball, Maguire e Braun (2016), permite reconhecer os sujeitos como agentes criativos e estratégicos, que não apenas aplicam políticas, mas também lhes atribuem sentidos a partir de seus repertórios, histórias, culturas profissionais e condições materiais e institucionais. Trata-se de uma virada epistemológica importante que desloca o foco da política como um enunciado textual ou normativo para a política como processo em permanente construção.

Ao compreender a política pública como uma tessitura entre os contextos de influência, produção do texto, prática, resultados e estratégia política, amplia-se a capacidade de análise sobre seus efeitos reais, suas disputas internas e seus potenciais emancipatórios ou excludentes. A teoria da atuação, nesse escopo, fornece instrumentos analíticos que contribuem para superar visões reducionistas sobre a implementação, favorecendo a compreensão das múltiplas camadas de mediação entre o que se prescreve e o que se realiza.

Com isso, este trabalho contribui para o campo da análise de políticas ao afirmar que o ciclo de políticas, articulado à teoria da atuação, configura uma lente crítica e inovadora, capaz de dar visibilidade às dinâmicas sociais, culturais e institucionais que conformam a política pública em sua materialidade concreta. Reconhecer a política como um processo não linear, atravessado por disputas e interpretações, é também reconhecer o papel ativo dos sujeitos e das instituições na produção de justiça social ou, inversamente, na reprodução das desigualdades.

Assim, reafirma-se a importância de uma análise que vá além dos textos e normativas, considerando os contextos, as práticas e os sentidos que os atores atribuem às políticas.

É nesse interstício — entre o texto e a prática, entre a interpretação e a tradução — que se desenhavam os contornos mais complexos e reveladores da ação política em sua forma mais humana, plural e contingente.

#### 4. REFERÊNCIAS

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política*, v. 3, n. 2, jul./dez. 2015.

ARENDT, H. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Barreira, M. C. R. N.; Carvalho, M. do C. B. (orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

AVELAR, M. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em Política Educacional. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, n. 24, p. 1-18, 2016.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BALL, S. J. What is policy? 21 years later: Reflections on the possibilities of policy research. *Discourse: Studies in the cultural politics of education*, v. 36, n. 3, p. 306-313, 2015.

BALL, S. J. MAINARDES, J. (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensões das Políticas Públicas de Educação Ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. *Ambiente & Sociedade*. [online]. São Paulo, v.21, p. 1-18, 2018.

BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.

CHAUI, M. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. v.1, 2.ed. *Edição revista e Ampliada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

CLARKE, J. *What's culture got to do with it?* Paper presented to Research Seminar Anthropological Approaches to Studying Welfare, University of Aarhus, Denmark, 16-18 November, 2005.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. 13 edição. USA: Pearson Education, 2011.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FONSECA, F. A trama conflituosa das políticas públicas: Lógicas e projetos em disputa. *Cadernos EBAPE*. BR, v. 14, p. 406-417, 2016.

JANNUZZI, P. de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2017.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and public policies*. 2. ed. Ann Arbor.: University of Michigan, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOTTA, G. S. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo.

LOPES, A, C. A teoria da atuação de Stephen Ball: E se a noção de discurso fosse outra? *Education Policy Analysis Archives*, v. 24, p. 25-25, 2016.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-20, 2018.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. A. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, abr. 2009.

MAINARDES, J. *Reinterpretando os ciclos de aprendizagem*. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006.

MEDEIROS, A. M. *Políticas Públicas de Meio Ambiente*. 2015.

MULLER, P.; SUREL, Y. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2004.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *Política de capacitação dos profissionais da educação*. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, p. 35-61, 1989.

PEREZ, J. R. R. É importante analisar a implementação de políticas educacionais nos dias de hoje? *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1179-1193, 2010.

RAYMUNDO, G. M. *O papel do poder judiciário na implementação de políticas públicas: sob a ótica do acesso à ordem jurídica justa*. Editora Dialética, 2021.

RUA, M. G. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]; CAPES, 2009.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. 2v. p. 21-42.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SORRENTINO, M. *et al.* A Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai./ago. 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, 2006.

VIEIRA, S. R. Matriz de indicadores para avaliação das políticas públicas de educação ambiental no contexto escolar: uma análise a partir do ciclo de políticas e da teoria da atuação. 2021. 434f. *Tese* (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2021.

VIEGAS, E. R. S; SANTANA, C. F. P. Á.; NODA C. M. C. O conceito de política pública e suas ramificações: alguns apontamentos. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 43415 - 43425, jul. 2020.